



Relatório de Participação em Viagem Internacional

Evento: RightsCon 2025

Local: Taipei (Taiwan)

Período: 24.02.2024 a 27.02.2024

Participante: Bianca Kremer

1. Objetivo

Representar o Comitê Gestor da Internet no Brasil no evento. Acompanhar os debates e integrar um dos painéis como moderadora.

2. Participação no evento

Esta foi a minha segunda participação presencial no evento. O RightsCon ocorre em 2025 em sua 13ª Edição, e é considerado o maior encontro mundial sobre Direitos Humanos na era digital. Esse ano o evento acontece na cidade de Taipei (Taiwan), e de forma híbrida com transmissões online. Todos os anos, a RightsCon reúne líderes empresariais, decisores políticos, conselheiros gerais, representantes governamentais, tecnólogos, acadêmicos, jornalistas e defensores dos direitos humanos de todo o mundo para abordar questões prementes na intersecção dos direitos humanos e da tecnologia.

A RightsCon é um movimento global organizado pela Access Now, que tem por objetivo construir estratégias e impulsionar a mudança em direção a um mundo digital mais livre, aberto e conectado. Nos últimos 12 anos, a RightsCon passou por centros importantes em todo o mundo, incluindo San José, Túnis, Toronto, Bruxelas, Rio de Janeiro, Manila e São Francisco.

Trata-se de uma conferência considerada uma das mais importantes do mundo para a sociedade civil internacional em direitos digitais. Na programação deste ano, surgem temas sobre inteligência artificial, inclusão digital e sustentabilidade. Temas que vão ao encontro das agendas de trabalho de 2024 nos grupos de trabalho de Inteligência Artificial e de Gênero, Diversidade e Inclusão, que passei a coordenar no mês de fevereiro deste ano.

Nesta edição, moderei o painel *Online Violence Against Women, Queer, and BIPOC People in Politics*, em parceria com as pesquisadoras Yasmin Curzi (Universidade de Virginia) e Sofia Chang (FGV Direito Rio/ Nubank). Tendo como componentes de painel quatro professoras, pesquisadoras e ativistas: Pamela Peralta (TEDIC –



Paraguay), Stephanie Lima (InternetLab), Jess Reia (UVA), Barsha Chakraborty (Head of Media, Breakthrough Trust – India).

Nossa sessão teve como objetivo discutir a violência online contra mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas BIPOC (negros, indígenas e pessoas de cor) na esfera política, bem como as estratégias e legislações que visam abordá-la. O objetivo foi promover um debate e coletar informações sobre as formas específicas de violência online enfrentadas por esses grupos marginalizados, analisar seus impactos no engajamento político, explorar as estruturas legais e políticas existentes voltadas para sua mitigação, identificar as melhores práticas e fomentar a colaboração entre as partes interessadas no desenvolvimento de estratégias abrangentes para lidar com a violência online.

A atividade versa sobre temas de duas agendas que integro mais ativamente no CGI: o GT de Gênero, Raça e Diversidade, e o GT de Regulação de Plataformas. Pude fortalecer novas relações internacionais e obter novos subsídios para recomendações de procedimentos técnicos, promoção de estudos e programas de pesquisa dentro do CGI na temática de direitos humanos no ambiente digital.

Violência online é uma pauta que tem tido cada vez mais espaço nas discussões legislativas sobre regulação de plataformas, e nos julgamentos sobre a constitucionalidade do Art. 19 do Marco Civil da Internet, que iniciou o período de manifestação de votos dos ministros do STF no começo deste ano. Um dos votos, do Ministro Dias Toffoli, abordou exatamente a fundamentação nos discursos de ódio e seus impactos políticos em prol da interpretação pela inconstitucionalidade do artigo, a qual rechaçamos no CGI. De modo tal que já nos manifestamos publicamente por meio de nota técnica, participação no julgamento por *amicus curiae* (sustentação da Dra Raquel Gatto) e diversas discussões nas reuniões do pleno desde o ano passado.

A agenda de debates deste ano teve também uma forte presença dos impactos do estrangulamento financeiro às organizações de direitos humanos nos EUA, e seus reflexos ao redor do mundo. Sobretudo nos países do sul-global, com um forte clima de desesperança. Acredito que estes não são achados triviais, pois demonstram a importância de não abrirmos mão no Brasil da defesa dos direitos humanos na governança da internet, e não subdimensionarmos estas pautas essenciais nos nossos espaços de discussão e ações orientativas de natureza do Conselho, sob o risco de perdermos avanços duramente conquistados e o horizonte de conquistas a atingir em nossas ações futuras, cada vez mais sensíveis à agenda de construção de uma internet justa, democrática e plural.